

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Maelene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel — Quêlse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 218ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 4 de Dezembro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Ivo Thomazoni.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacili — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Emílio Carazzai — Haroldo Bianchi — João Fadel — Paulo Poli e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 39/74, que cria a Divisão da Ata, Anais e Publicidade, subordinada ao Departamento Legislativo e dá outras providências. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 40/74, que eleva os subsídios dos Deputados Estaduais para a 8.ª Legislatura na forma que especifica. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária marcando outra para amanhã, dia 5, quinta-feira, às 14.00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 19/74.
Levanta-se a sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 219ª Sessão Ordinária

Realizada em 4 de Dezembro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacili — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (36); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: João Mansur — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Emílio Carazzai — Haroldo Bianchi — João Fadel — Paulo Poli e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Resolução n.º 19-74 e de Lei n.ºs. 22-74 — 84-74 — 101-74 — 126-74 — 130-74 e 185-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de pesar pelo falecimento da Senhora D. Amélia Kaminski, esposa do Senhor Alfredo Kaminski, residente em Irati.
Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1974.

(a) — Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento da

Senhora Wanda Pedro, esposa do comerciante Senhor Elias Pedro, residente em Irati.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1974.

(a) — Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja lavrado um voto de louvor, no trabalho da Sessão de hoje, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde Pública pela feliz iniciativa em determinar a aplicação da Vacina tipo C a ser aplicada na população desta Capital nos dias 15, 16, 17, 18 e 19 do corrente.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1974.

(a) — Leopoldo Jacomet

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da Sessão de hoje, um voto de congratulações à firma Diretriz Empreendimentos S.A., na pessoa de seus diretores, Carlos Eduardo Jung e Emílio Pitta, pela realização neste ano de 1974 de três feiras nacionais, de grande interesse para o Estado do Paraná.

A empresa objeto deste Requerimento, realizou a Movex-74 — Feira Nacional do Mobiliário, a 3.ª Fenam — Feira Nacional da Madeira, ambas patrocinadas pela Federação das Indústrias do Paraná e Sindicato dos Madeiros e a VIII Fecip — Feira do Comércio e Indústria do Paraná, sob o patrocínio da Federação das Indústrias do Paraná. Referidas feiras reuniram cerca de 270 empresas de todo o país, mostrando seus produtos e serviços, num intercâmbio comercial e industrial visando sobretudo um aumento do índice de comercialização e intercâmbio entre nossas diversas áreas de produção, revenda e consumo. Estas três feiras receberam a visita de um excelente número de interessados, pois aproximadamente 300 mil pessoas do nosso Estado, do Brasil e até do exterior ali estiveram, se constituindo num autêntico veículo de promoção da nossa economia.

Além do mais, no próximo ano a mesma empresa está preparada para realizar a 1.ª MECA - 75 — Feira da Mecanização Agrícola, tão importante num Estado como o Paraná, celeiro agrícola da América Latina.

Escolhido pelo Governo Federal para lançamento da Campanha de Aumento da Produção o Paraná obteve um crescimento significativo de suas safras, tendo-se em vista o aumento das exportações pelos nossos principais portos.

Assim sendo, necessitam os agricultores de maior necessidade de máquinas e implementos agrícolas para garantir e sustentar essa invejável posição alcançada. Daí porque acreditamos que referida feira vai se constituir num dos mais importantes veículos publicitários, destinados a atingir o mercado agrícola do país.

Desde já nos parabenizamos com a mencionada Empresa por mais esta grande realização prevista e solicitamos que da decisão da Casa seja dado conhecimento a mesma, do teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1974.

(a) — Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública General Mário Carneiro Portes, ao Dr. Luiz Chemin Guimarães, Diretor da Penitenciária de Piraquara e ao Dr. Raul Rezende, Diretor dos Estabelecimentos Penais, consubstanciando veemente apelo, no sentido de que sejam apuradas com a máxima urgência as declarações do marginal Dionísio dos Santos, que declarou à Polícia paulista, entre outras coisas, que a fuga de nossa Penitenciária foi executada "com a ajuda do pessoal de alta sociedade do Paraná que tem muito dinheiro" e de que "consigo o dinheiro na hora que quiser. Tenho cobertura de gente muito fina lá no Paraná".

Estas declarações, que à primeira vista podem parecer sem fundamento, por outro lado podem significar algo de muito sério, que precisa ser desvendado, pela alta periculosidade de quem os declarou e pela linha de assassinatos que já cometeu.

Confiando naquelas autoridades, aguardamos providências energicas no sentido de que estas declarações não passem despercebidas pela indiferença ou incredulidade, pois elas são muito sérias.

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 1974.

(a) — Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer a aprovação de um voto de congratulações e solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Ministro Ney Braga pelas medidas que vem impondo, no sentido de renovação nos setores diretivos do futebol brasileiro, reascendendo esperanças de um futuro bem mais progressista para o esporte preferido do povo. A atitude firme e corajosa do Ministro Paranaense está tendo repercussão nacional, merecendo calorosos aplausos, por propiciar mudanças de métodos e de trabalho descortinando melhores horizontes para o principal esporte praticado no País, ao ponto de se fazer recomendada a extensão da salutar iniciativa às Federações Estaduais de Futebol e às dos demais esportes, como meio e forma de incrementação às práticas esportivas e conquistas de maiores glórias para o esporte, em todas as suas modalidades.

Aprovado o requerido solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada ao Excelentíssimo Ministro Ney Braga, acompanhada de cópia deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, tendo em vista o propósito do Banco do Brasil, divulgado pela imprensa, de criar mais treze agências no Paraná, requer seja encaminhado ao Senhor Angelo Calmon Sá, ilustre Diretor Presidente daquela entidade bancária, um apelo no sentido de destinar uma agência ao Município de Ribeirão Claro.

Nesse apelo, faz-se mister enfatizar a importância econômica do Município de Ribeirão Claro situado em região cafeeira, do chamado Norte Pioneiro, e suas condições de absorver toda a estrutura creditícia especialmente do setor rural, que o Banco do Brasil pretende colocar a serviço do desenvolvimento paranaense.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1974.

(a) — Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no sentido de que seja efetivamente cumprida a norma apregoada ao povo curitibano, usuário do transporte coletivo, quando da implantação do ônibus expresso, de que a inovação não iria encarecer os preços das passagens, onerando, ainda mais, as já míseras finanças do povo.

A não observância do anunciado sistema de "tikets" especiais para os carros alimentadores da linha dos ônibus expressos, conforme vem ocorrendo e está sendo denunciada pela imprensa, constitui procedimento que exige medidas que redundem no cumprimento de promessa formal feita à população de Curitiba, sob pena de ficar comprometida a própria administração pública municipal, como participante de manobra excusa e condenável, em prejuízo dos interesses populares.

Na esperança de que providências imediatas venham a demonstrar que o povo de Curitiba não foi e nem será vítima de vergonhoso engodo, o signatário acredita na pronta receptividade que será dispensada ao presente apelo.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário seja encaminhado à SANEPAR, Requerimento nos seguintes termos:

A deficiência do sistema de abastecimento de água nos Municípios de Iporã e Borrazópolis tem provocado sérios transtornos na vida de seus Municípios que se amarguram diante de tal fato.

Tendo em vista a importância de tal benefício solicita-se imediatas providências para corrigir deficiências que provocam enormes prejuízos à vida dessas duas comunidades paranaenses.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1974.

(a) — Álvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado Requerimento nos seguintes termos:

Os proprietários da área de terras desapropriada para construção do Trevo da Warta, localizado na Rodovia que liga Londrina a Bela Vista do Paraíso, sentem-se enormemente prejudicados, pois até o presente nada receberam em forma de indenização. São pequenos sítiantes que a custa de muito trabalho e sacrifício construíram pequeno patrimônio e que não podem arcar com prejuízos dessa natureza.

Em razão do exposto solicita-se imediatas providências.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1974.

(a) — Álvaro Dias

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 180/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica denominado "Grupo Escolar Otalípio Pereira de Andrade" o atual Grupo Escolar de Bateias, Município de Campo Largo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1974.

(a) — Nelson Buffara

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa homenagear um campolarguense ilustre e pioneiro, cuja vida foi um exemplo de trabalho, honestidade e dedicação.

Através deste Plano de lei, não estará apenas homenageando Otalípio Pereira de Andrade, mas toda a laboriosa comunidade de Bateias, a qual está intimamente ligada à vida e obra desse grande cidadão, ex-Vereador do extinto P.S.D., que ocupou assento à Câmara Municipal de Campo Largo.

Solicitamos, pois, que tal projeto seja acolhido e aprovado por esta Casa, para se fazer justiça ao trabalho realizado por Otalípio Pereira de Andrade em prol do Município de Campo Largo.

PROJETO DE LEI N.º 181/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Dino José Bronze de Almeida.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1974.

(a) — Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

Dino José Bronze de Almeida, nasceu em São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina. Radicou-se no Paraná e aqui vem realizando uma obra notável no setor jornalístico. Firmou-se como colunista na "Gazeta do Povo" que é lida por todas as camadas sociais. Sóbrio, respeitoso, faz do jornalismo, informação e obra educativa. Merece o título que se lhe pretende dar.

Autor da obra "Bandeirantes do Progresso", que retrata os homens que trabalham e que realizam algo pela comunidade, ele próprio, tem sido um bandeirante dos grandes ideais paranaenses que nos empolgam. Divulga o Paraná, conta o Paraná, impulsiona os paranaenses para grandes arrancadas.

PROJETO DE LEI N.º 192/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excmo. Sr. Desembargador AURÉLIO FEIJÓ.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1974.

(a) — Iris Caldart

Justificativa e "Curriculum Vitae" em anexo.

JUSTIFICACAO

Para a concessão da honraria ora pleiteada a esta Augusta Casa cremos que seja bastante suficiente a juntada a este do "Curriculum" funcional do ilustre e digno Desembargador Aurélio Feijó.

Nomeado, em 15 de abril de 1953, para o cargo de Juiz de Direito Substituto do quadro da Justiça Paranaense, desde então vem escrevendo uma das belas páginas da Justiça do Paraná, palmilhando uma invejável carreira, honrando e enaltecendo aquele Poder, pelos seus relevantes serviços prestados à família, à sociedade e à causa pública.

É hoje um dos Magistrados que, pela excelência de suas notáveis virtudes de cultura e dignidade, enaltece a justiça paranaense.

Professor, também, em diversos estabelecimentos de ensino, além de ativamente presente a instituições filantrópicas; exemplar chefe de família, semeou sempre exemplos dignificantes na afirmação da cultura e equilíbrio da sociedade paranaense.

O bravo carice de nascimento, heroicamente, desde que foi admitido nas funções de Juiz de Direito, embrenhou-se em regiões distantes e inóspitas e, junto aos desbravadores ali foi atuante e vigoroso na implantação e funcionamento de novas Comarcas, distribuindo justiça, levando-a a garantir a choupada do lavrador a instalação de indústrias, ao estabelecimento de novas sociedades. Ajudou com risco de vida, muitas vezes a desbravar o Oeste e Sudoeste do Paraná. No Centro e Norte do Estado marcou com sua presença inestimáveis serviços.

O mundo político-administrativo paranaense, todo, bem o conhece e muito sabe de seu valor humano-cultural e dos grandes serviços relevantes que prestou ao nosso Estado, desnecessário, por conseguinte o revelarmos todos os atributos que bem justificam a concessão da honraria ora pleiteada por esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Conforme Requerimento aprovado, de autoria do Líder da Aliança Renovadora Nacional, a primeira hora da Sessão de hoje, é dedicada à Justiça.

Concedo a palavra, para falar em nome da Casa, o nobre Deputado José Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados.

Recebemos há pouco essa honrosa incumbência de registrar, em nome da Casa, o transcurso no próximo dia 8, da data nacional da Justiça. Se nos assentarmos às bases o Poder Legislativo, veremos tão logo que as mesmas se acham intimamente ligadas não só ao Poder Executivo, como, e especialmente, ao Poder Judiciário.

A Justiça, como o povo comumente conhece, o Poder Judiciário é encarregado na vida de uma nação democrática de uma missão que representa desde as mínimas garantias do direito individual, às máximas garantias desse mesmo direito do direito da coletividade das relações entre os Estados membros que compõem o Estado e mesmo da própria ordem social.

Vive-se no regime democrático o regime da lei, e se o Poder Legislativo é que elabora as leis, quem dá, por assim dizer, plena realidade daquilo que ela representa é o Poder Judiciário. A Justiça é que a torna relevante em sua aplicação.

A Lei, segundo Cicero, é um magistrado silencioso, ao passo que o magistrado é a lei que fala. Nessa verdade, das mais antigas, pode-se refletir, até, a índole de uma civilização que criou para as gerações futuras um direito que ainda hoje serve de base, qual seja o de dar e garantir a cada um o que é seu.

O Poder Judiciário, desde os atos da administração até às garantias dos direitos individuais de cada um, exerce sobre a Constituição um controle que os americanos denominam de "Constitution Control". Este controle constitucional representa, na realidade, a suprema garantia da vigência de um regime democrático.

Dai a grande missão que a cada um dos membros do Poder Judiciário, desde os Juizes de instância inferior aos Juizes da Suprema Corte, é atribuída a tal ponto que o exercício da magistratura é considerada como um verdadeiro sacerdócio.

Na sua atividade a Justiça para dar perfeita aplicação à Lei, interpreta-a e, muitas vezes, é ela quem vem dirimir dúvidas existentes entre os principais Poderes que conflitam na aplicação e na interpretação de determinado texto de Lei.

Há também a existência de outro princípio que vem desde os tempos da Revolução Francesa da separação dos Poderes e da existência harmônica entre si dos mesmos Poderes. Esse princípio surgiu e se transformou num princípio até hoje vigente até hoje respeitado, através da obra de Montesquieu, o espírito das leis, a grande importância da Justiça em estabelecer na sua interpretação na sua atribuição de interpretar e de aplicar a lei, a harmonia entre Legislativo Executivo e Judiciário. Bastaria bastariam estas referências para que ficasse bem claro que a Justiça, no estado de direito, nos países verdadeiramente democráticos, exerce realmente um sacerdócio. Mas, ainda em relação ao povo, é de se assinalar que na sua evolução, além de justiça comum nós encontramos as especializações da Justiça e entre elas, com destaque real a Justiça que talvez mais de perto interesse a esta Casa, que é a Justiça Eleitoral sob a qual nos encontramos no momento, concluindo um processo da mais alta importância para o nosso País, qual seja, o processo eleitoral que está se findando garantidora da liberdade e da licitude do pleito, ela assegura ao povo o direito livre de escolher dos seus candidatos o direito de se conduzir e de se pronunciar na forma estabelecida pelo direito, pelo próprio direito — e nós temos sentido de, realmente em nosso País, a Justiça Eleitoral tem exercido, apesar de contar com verbas escassas e de estar sujeita muitas vezes a uma legislação precipitada até, mas, ela tem se conduzido de modo a se constituir na história da democra-

cia em nosso País como um fator decisivo, em favor das liberdades individuais e coletivas do Brasil; a Justiça do Trabalho é uma especialização que tem prestado ao nosso País, como prestou a outros países, especialmente aqueles países como a Inglaterra onde o problema social do trabalhador foi, desde o século passado, submetido a um exame acurado por parte daqueles que realmente vêem no problema social um problema que talvez seja o de maior importância para os interesses de qualquer País, e em nosso País implantada, quando muitos países mais desenvolvidos econômica e tecnicamente ainda a julgavam uma temeridade. No Brasil a Justiça Eleitoral sempre representou um avanço em relação aos demais países. A quase todos os países ainda então o assunto era debatido e essa mesma Justiça social, essa mesma justiça trabalhista vem se desenvolvendo, vem se aprimorando e representa ainda hoje uma garantia para a existência harmônica entre empregados e empregador e ela é na realidade um ponto básico a apontar ao país que sem o equilíbrio entre o capital e o trabalho, nem um progride, país nenhum se desenvolve desenvolvendo-se também o seu povo.

A nós, Sr. Presidente e Srs. Deputados, realmente, também, quando prestamos a nossa homenagem ao dia da Justiça, o fazemos com um sentido muito especial, porque o Poder Legislativo é talvez aquele que mais estreitamente se liga ao Poder Judiciário, e no âmbito de nossa competência, na esfera da aplicação da Lei do Estado, na elaboração da Lei no âmbito estadual esta Casa tem se conduzido de modo que esse relacionamento entre os Poderes, seja não somente respeitado mas, principalmente, cultivado. Por isso entendo que assiste a esta Casa a mais legítima autoridade, realmente, digo, principalmente nesse dia oito de dezembro, de testemunhar e de prestar a sua homenagem ao Dia da Justiça, homenageando como elaboradora de leis e o Poder aplicador de leis, numa consentânea afirmação dos princípios que regem a democracia na existência básica da harmonia desses dois Poderes com o Poder Executivo.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador). Não poderia deixar passar a oportunidade sem antes dizer que o pronunciamento de V. Exa. em nome desta Casa, em comemoração ao Dia da Justiça, engrandece este Poder. Tenha V. Exa. a certeza que terá o total assentimento de todos que aqui trabalham e quero desta forma, congratular-me com a magnífica explanação que faz V. Exa. neste momento e confere à Justiça e ao Poder Judiciário, o mérito que inegavelmente elas têm, sendo uma das instituições fabulosas no Regime Democrático.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado ao aparte de V. Exa.. Eu estava concluindo e recebi o aparte de V. Exa. como subsídio valioso ao meu modesto discurso, mas ao final, agradeço a honra de ter ocupado esta Tribuna e de poder, em nome desta Casa, testemunhar a nossa homenagem ao Dia da Justiça.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 130/74, Lei Complementar que dispõe sobre o Código Sanitário. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/72, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de São José do Ivaí. Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.I., com EMENDA SUBSTITUTIVA. — Aprovado, com Emenda Substitutiva.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132/74, de autoria do Deputado Xenofonte Villanueva, que declara de Utilidade Pública a Creche Vila Oliveira, com sede e foro no Município de Rolândia. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166/74 de autoria do Deputado Xenofonte Villanueva, que denomina Unidade Escolar Professor Francisco Villanueva, a atual Unidade Escolar de Vila Oliveira, no Município de Rolândia. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 185/74, de autoria do Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) como auxílio à Associação dos Servidores Públicos do Paraná. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179/74, de autoria do Deputado Santos Lima, que declara de Utilidade Pública o Montepio da Justiça do Brasil, com sede e foro nesta Capital. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/74, de autoria do Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria a estrada que liga os municípios de Contenda e Balsa Nova. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 35/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os municípios de Contenda e Balsa Nova.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezanove de Dezembro", em 18 de abril de 1974.

(a) João C. Fadel

JUSTIFICATIVA:

A estrada objeto do presente plano de lei e cuja estadualização se pretende serve a uma importante região agrícola do Estado, em franca expansão e cujo índice de desenvolvimento só não é mais acentuado justamente em decorrência ao mau estado de conservação da citada via, que impede o pronto escoamento da produção agro-pecuária local.

No que se refere ao Município de Contenda ainda o problema não é tão agudo porque há a possibilidade concreta de utilização da Rodovia do Xisto. Mas a situação para Balsa Nova é, atualmente, de permanente sacrifício, pois o Município acha-se como que ilhado entre duas grandes rodovias, a do Xisto, já citada, de um lado; e a do Café, do outro, e não tem acesso a nenhuma delas, o que não se justifica especialmente agora que a filosofia do Governo Federal e a dinâmica do Governo do Estado vêm dando ênfase à necessidade do aumento de produção e de produtividade agrícola, com vistas à exportação de excedentes para reforço de nossa balança de pagamentos.

Entendemos por outro lado, que a solução consubstanciada no Projeto de Lei ora submetido à apreciação do ilustre Plenário é plenamente viável sem maiores encargos para o Tesouro Estadual e sem interferência ao plano de obras do Departamento de Estradas de Rodagem, porquanto a estrada Contenda-Balsa Nova é de curto percurso, seu traçado é razoavelmente regular e trabalhos de melhoria e conserva que nela vierem a ser realizados não demandarão nem muito tempo nem muita aplicação de numerário que, de resto, retornará multiplicado à Fazenda Estadual sob a forma de impostos coletados na região.

Os nobres Deputados certamente concordarão com esta proposição e darão à mesma seu honroso e indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 35/74

1 — Visa o presente plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado João C. Fadel, autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os municípios de Contenda e Balsa Nova.

2 — Referida proposição se nos afigura oportuna, dadas as razões apresentadas pelo seu autor, na justificação da mesma, pois com a transferência àquele Departamento, se atenderá os reclamos dos referidos municípios, que tem como sua fonte principal de consumo de suas produções, municípios circunvizinhos.

3 — Face ao exposto, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1974.

(aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Paulo Camargo — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 35/74

Autor: Deputado JOÃO CALIL FADEL

NO MÉRITO

Tratando-se de mera autorização legislativa, não vemos, d âmbito desta Comissão, qualquer óbice que lhe possa antepor.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1974.

Quielise Crisóstomo — Presidente.

Gilberto Carvalho — Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 35/74

1 — Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado João C. Fadel autorizar o Poder Executivo a transferir, ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os municípios de Contenda e Balsa Nova.

2 — Referido Projeto já mereceu pareceres favoráveis das ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Quanto ao mérito que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em... de..... de 1974

Borsari Netto — Presidente.

Lázaro Dumont — Relator.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87/74, de autoria do Deputado Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Cascavel, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 87/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", de Cascavel, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
(a) Iris Caldart

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto anexo ao Projeto, expressa a real utilidade da Associação objeto deste Plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO
PROJETO DE LEI N.º 87/74

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Iris Caldart, declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Cascavel, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

2 — Pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando à coletividade e pela forma desinteressada que atende aos necessitados do Município de Cascavel, julgamos oportuna a iniciativa. E não havendo qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, somos pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974.

(aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente.
Antônio Costa — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/74, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 6, de 18-02-59. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 134/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — O artigo 1.º da Lei n.º 6, de 18 de fevereiro de 1959, passa a ter a seguinte redação: — Artigo 1.º — O tempo de serviço público prestado pelos ex-serventários da Justiça, compreendendo os titulares e respectivos auxiliares, bem como o tempo de serviço dos servidores da Associação dos Servidores Públicos do Paraná e da Cooperativa do Estado, será contado para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de agosto de 1974.

(a) Gilberto Carvalho

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente plano de lei sanar grave injustiça reparando uma situação de fato, suscitada pela expressão infeliz "será contado para os atuais funcionários públicos", contida no artigo 1.º da Lei n.º 6, de 18 de fevereiro de 1959, que se pretende modificar. Analisada a expressão "para os atuais", pelos estetas e intérpretes dos órgãos jurídicos do Estado, chegou-se à conclusão, que centenas de funcionários públicos que anteriormente prestaram relevantes serviços nos diversos órgãos de Justiça, na Associação dos Servidores Públicos do Paraná e na Cooperativa Mista do Estado, foram aliçados do benefício da contagem de tempo, porque tinham sido admitidos em data posterior à vigência da Lei. O autor do projeto, que obteve sua transformação em Lei, foi deveras infeliz ao usar aquela expressão, criando exceção odiosa, de consequência danosa aos que ingressaram à posteriore no serviço público. Nestas condições, o presente Diploma Legal, não tem outra conotação, senão de restabelecer o império da justiça, assegurando a todos os benefícios contidos no artigo 1.º da Lei 6/59.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Wanda Pedro, ocorrido em Irati. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Amélia Kaminski, ocorrido em Irati. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que seja efetivamente cumprida a norma apregoada ao povo curitibano usuário do transporte coletivo, quando da implantação do ônibus expresso, de que a inovação não iria encarecer os preços das passagens, onerando, ainda mais, as já míngua das finanças do povo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, bem como aos Srs. Diretor da Penitenciária de Piraquara e Diretor dos Estabelecimentos Penais, no sentido de que sejam apuradas com a máxima urgência as declarações feitas pelo marginal à Polícia paulista. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Brasil S.A., no sentido de que seja destinada uma agência do referido estabelecimento ao Município de Ribeirão Claro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ministro Ney Braga, pelas medidas que vem impondo, no sentido de renovação nos setores diretos do futebol brasileiro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomei constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Secretário de Saúde Pública, pela feliz iniciativa em determinar a aplicação da Vacina tipo C a ser aplicada na população desta Capital. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada para amanhã a discussão do Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomei.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor da Sanepar, encarecendo providências visando corrigir falhas no abastecimento de água nos Municípios de Iporã e Borrasópolis. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Diretriz Empreendimentos S/A., pela realização de Feiras realizadas em 1974. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando do Governo do Estado, indenização aos Proprietários da área de terras desapropriadas para construção do trevo da Warta, localizada na rodovia que liga Londrina a Bela Vista do Paraíso. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Resolução n.º 19-74 e de Lei n.ºs. 22-74 — 84-74 — 101-74 — 126-74 — 130-74 e 185-74. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para Explicação Pessoal, ao Sr. Deputado Santos Lima.

O SR. SANTOS LIMA — (Para explicação pessoal) Sr. Presidente:

(Lendo): "CREIO NA LIBERDADE ONIPOTENTE. CRIADORA DAS NAÇÕES ROBUSTAS; CREIO NA LEI, EMANAÇÃO DELA O SEU ÓRGÃO CAPITAL A PRIMAVERA DAS SUAS NECESSIDADES; CREIO QUE NESTE REGIME NÃO HÁ PODERES SOBERANOS, E O SOBERANO É O DIREITO INTERPRETADO PELOS TRIBUNAIS; QUE É A PRÓPRIA SOBERANIA POPULAR NECESSITA DE LIMITES, E QUE ESTES LIMITES VEM A SER AS SUAS CONSTITUIÇÕES. POR ELA MESMA CRIADAS, NAS SUAS HORAS DE INSPIRAÇÃO JURÍDICA. EM GARANTIA CONTRA OS SEUS IMPULSOS DE PAIXÃO DESORDENADA..."
Rui Barbosa.

Srs. Deputados:

Duas palavras apenas.

Embora o momento comporte longas digressões, a emoção da despedida restringe a nossa palavra.

Vivemos e trabalhamos juntos durante quatro anos. Foram momentos difíceis. Olhávamos o presente, seus problemas e suas aflições, com os olhos marejados e alma entristecida. Quedávamos-nos no silêncio imponente das impossibilidades com as nossas forças exauridas pelo vendaval que assolava e ainda assola o mundo.

Nesse quadro de realidades dantescas, por imperativo constitucional, vieram as eleições para a renovação do Parlamento Nacional e das Assembléias Legislativas Estaduais.

O Povo sofrido armou-se com o poder do voto e contestou.

Foi uma REVOLUÇÃO dentro da Revolução brasileira.

A revolução pelo voto proclamado pelo ínclito Marechal Juarez Távora se fez presente.

Causas razões e motivos os mais diversos:

Nacionais e regionais.

Coletivos e individuais.

Econômicas e filosóficas.

Todas porém, originárias de acertos e desacertos na interpretação sociológica e moral de cada um.

Não vamos analisá-las. Não vamos discutí-las.

Houve legitimidade e justiça e, por isso mesmo defendemos o direito de contestação do povo que se estribou na regidez da forma permitida pela Lei Maior.

O INCONTESTÁVEL é que alguma coisa está errada.

O exame detido, a análise criteriosa e profunda nos levará, por certo, a identificação de nossas falhas e possibilitará a indicação do remédio heróico.

E isso não deve tardar. Nos momentos de crises apareçam os "curandeiros" da democracia, a mistificação dos falsos profetas e a ingerência de líderes de fãncaria; todos buscando fórmulas irreais que, perigosamente poderão conduzir-nos por caminhos incertos.

O momento é grave.

Evitemos o sacrifício das novas gerações responsáveis pelo futuro.

Essa geração deverá perante o altar da Pátria, jurar fidelidade aos ideais de liberdade e de fraternidade que serão o alicerce de nossa grandeza.

Que os representantes do povo, sem distinção de cor partidária, alçados aos conselhos do Estado, quer no PARLAMENTO NACIONAL, quer nas ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS de espíritos desarmados, desprezem a vaidade e não se deixem dominar pela cegueira diante da luz efêmera da vitória eleitoral.

Ao contrário, estaremos escrevendo o epitáfio de nossas liberdades democráticas.

Sejamos um. Somente assim seremos dignos de nossos antepassados e estaremos construindo a pátria do futuro para o futuro de nossos filhos.

Deixo esta Casa não como um deserto. Continuarei na estacada das lutas políticas. Cumprirei com o meu dever de cidadão como soldado disciplinado de meu partido. Julgo porém, que as competições partidárias não nos devem embriagar ao ponto de nos tirar o arbítrio do julgamento das coisas certas e erradas.

Aos meus companheiros desta legislatura o meu abraço fraterno de despedida, juntamente com o agradecimento pela compreensão e tolerância que me dispensaram.

Daqui levo apenas saudades.

Aos Servidores do Poder o meu carinho pela ajuda indispensável, sincera e leal que recebi.

A Imprensa do meu Estado, aos Jornalistas que nesta Casa prestaram seus serviços com espírito repleto de entusiasmo, meus votos de profunda admiração e elevado apreço com o meu reconhecimento da responsabilidade que pesa em vossos ombros, como os responsáveis pela condução da opinião nacional.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para Explicações Pessoais, Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Também uma breve despedida e também por imperativo de consciência uma justificativa, ou justificativa que desejamos fique nos Anais desta Casa.

Na despedida queremos lembrar quando para cá viemos substituindo o então nobre Deputado e ilustre Prefeito Nivaldo Kruger, o que afirmamos no primeiro discurso, na primeira intervenção nesta Casa o nosso desejo, o nosso interesse de, ao procurarmos fazer amigos nesta Casa de Leis, cumprirmos com o nosso dever, honrando os nossos compromissos políticos, e tornando-nos fiéis ao nosso Partido, às suas diretrizes e aos seus princípios.

Creio que, no desempenho do mandato, nas intervenções, nas reivindicações, nas denúncias, nos apelos nas súplicas que elaboramos foram no atendimento de todos quantos nos procuraram, principalmente da Região Oeste. De modo especial as centenas de necessitados, de doentes que, às seis horas da manhã, vindos nos ônibus que chegavam do Oeste, se postavam às portas de nossa residência, às portas desta Casa de Leis, foram atendidos dia e noite, foram atendidos e ajudados por nós no cumprimento de nossa obrigação e sempre dando um numerário a mais aqueles que daqui saíam.

Creio que em função do voto popular, e das diretrizes do Partido nosso dever foi cumprido honesta e conscientemente.

Dos Srs. Deputados da Situação e dos caros colegas e companheiros da Oposição levamos saudades imorredouras e deixamos aqui um pedaço de nosso coração testemunho evidente, claro e objetivo de nossa gratidão pela maneira carinhosa com que fomos recebidos nesta Casa. Ficamos, também, satisfeitos por termos contribuído substancial e decisivamente para o desenvolvimento do processo político histórico atual que está levando o regime à sua plenitude democrática.

A justificativa: Temos sido constantemente indagados e até censurados por não termos participado do último processo político, isto é, por que não havermos nos candidatado à reeleição.

Srs. Deputados, desde que assumimos a função de Deputado nesta Assembleia Legislativa, tomamos, desde logo, com interesse e carinho, a posição clara e intransigente de oposição dentro do Partido com o sentido de estruturar e trabalhar pela Região Oeste no interesse partidário.

Recordo que fomos indicados como um dos interventores no Município de Toledo. Dirigi-me seis vezes em viagens sucessivas e constantes conseguindo reencontrar os companheiros e repor nos devidos lugares a situação político-partidária e, arrancamos daquela Região, um compromisso solene de que o Partido teria um candidato para a eleição que agora se travou no Estado. Foi um trabalho árduo que, além do sacrifício, a despeza, mas conseguimos criar dentro da nossa região, uma mini-região em benefício, em favor, para a grandeza e a prosperidade do Partido.

A mesma coisa ocorreu dentro da minha região, na Região de Assis Chateaubriand — iniciamos naquela Região, a colher fichas de filiação partidária e posteriormente, em acordo com colegas, com companheiros, especialmente com o nobre Deputado Alencar Furtado, abrimos mão de diversos Municípios, criando uma nova mini-região, para benefício e grandeza do Partido. Ficamos praticamente com a Comarca de Cascavel, acrescida do Município de Guaraniáçu e de Leônidas Marques, e nos prestávamos a organizar Diretórios em dois destes Municípios, porque os demais possuem Diretórios: Dêu Azul e Cordélia.

Está em nosso poder, no nosso Gabinete nesta Casa, aproximadamente 500 fichas de filiação partidária para Deputado — em nossa pasta a credencial fornecida pelo Sr. Presidente, para organizarmos o Diretório, e, pretendíamos concorrer à reeleição então por essa mini-região, e, reivindicávamos, é verdade, que fôssemos candidato único por esta base eleitoral, porque entendíamos que, pelos serviços prestados, pela afirmação político-partidária assumida pela atuação como Deputado, pelos serviços prestados à região e ao Partido, com a criação de duas outras regiões nos assistia este direito e mais, asseguraria a reeleição, especialmente naquela fase quando não se esperava, nunca sonhava com este fenômeno que é nacional, do fortalecimento, do engrandecimento e da grande quantidade de votos conseguidos pela Oposição além do que pretendíamos que não se inflacionasse a campanha política, com despesas vultosas. Com duas ou mais candidaturas nesta base eleitoral estaria assegurada a representação desta mini-região, na Assembleia Legislativa do Estado, o MDB de Cascavel, fortalecido, com a reeleição de um candidato certo, a estrutura de base política do nosso Partido, garantida.

Pensamos assim calmamente e com serenidade mas acontece, Srs. Deputados, que, desde abril do corrente ano a sanha de maus companheiros, de companheiros irreconhecidos e ingratos, a sanha começou pela trama subterrânea e maldosa e chegou ao ponto de um membro do Diretório de Cascavel, manipular a cúpula do Partido, a cabeça do Partido e, desear, procurar criar condições, meios para a satisfação do egoísmo de uma determinada pessoa que pretendia ser candidato, que queria ser candidato, que tinha necessidade orgânica até, de ser candidato, e sofreu inclusive, uma grande maldade cometida pela Direção do meu Partido aqui em Curitiba, que, à minha revelia eu estando aqui laborando em benefício do Partido trabalhando pelo Partido e pelos companheiros, pelo seu engrandecimento, fez entrega, à minha revelia, que considero uma grande maldade e uma injustiça sobremaneira a entrega de credenciais a outro elemento de lá, que estava cometendo esta traição à minha pessoa a entrega de credenciais que já estavam comigo e que eu já estava trabalhando na coleta de assinaturas, fixando novos companheiros para poder criar um Diretório, a entrega de credenciais à minha revelia, eu estando aqui, diuturnamente, junto, formando uma posição, um trabalho ligo honrado em favor de um Partido, de uma causa, de uma situação e ra gritante que este elemento foi à Região e pelo menos em dois Municípios esta mini-região, minha, criou abruptamente e mal, diga-se de passagem, dois Diretórios municipais e, consequentemente, estes dois Diretórios foram urrupiados deminuídos da minha base eleitoral, além de influenciar campanha política e nos trazer o risco porque ninguém pensava, nem imaginava, em calcular que isto acontecesse e talvez traga algumas dezenas de companheiros, como testemunhas, que chegaram à conclusão como o caso do nobre Deputado e querido amigo Sebastião Rodrigues que chegou também conclusão que era risco, que era temeridade dois candidatos para a cidade e Cascavel. Diante deste fato e outros escabrosos, como por exemplo a indicação de um candidato por Cascavel, como se fosse pelo Diretório de Cascavel, o que não houve, o que é mentiroso, porque esta reunião jamais houve e publicou-se edital de convocação do Diretório com data de 16 de abril. Este edital foi entregue no dia 19 com o pedido que fosse publicado no dia 1 para que a reunião se realizasse dia 24. Subretaneamente maldosamente neste dia de reunião compareceram cinco membros e foi dado como uma decisão do Diretório, de 21 membros. Diante destes e de outros fatos que

comprometem muitas pessoas, e que as retaliações pessoais não me interessam, houve por bem, teve por bem a alternativa seria sair deste retaliamento pessoal desta confusão, desta maldade, mesmo porque já então e em consequência desta candidatura o próprio Sr. Prefeito Municipal que seria o último baluarte a prestigiar a minha candidatura, a me dar a necessária condição de apoio e estrutura, para que pudesse pleitear uma reeleição e, principalmente, diante do risco e de tanta maledicência, com profunda dor, com profundo sentimento é verdade, não nego, achei por bem recolher-me à minha insignificância, resignadamente, deixar de concorrer, conservar a minha imagem, que consegui com suor e sacrifício, que construí trabalhando no caminho do bem, da verdade, da honra, silenciar. Não concorri. Maledicências surgiram inclusive que eu estaria entregue a outras junções políticas sociais ou administrativas. Fazemos aqui a nossa afirmação solene, pública, para que conste em Ata dos Anais da Casa que não foi sem mácula, sem dor, profundamente magoado que deixamos de concorrer às eleições, mas foram estas as circunstâncias, que não foram publicadas, mas que se necessário for, serão trazidas certidões, declarações, mas devemos crer, queira Deus que isso seja desnecessário.

E aí estão as razões claras, sérias e objetivas.

Deixo esta Casa, Srs. Deputados, de cabeça erguida, quer pela atuação quer pelo trabalho, quer pelo desempenho, quer especialmente, pela tranquilidade, pela consciência tranquila. Neste episódio de eu haver procedido como manda a dignidade, como manda a honra, como manda a vergonha de um homem que pensa em si, que quer ver seus amigos e seus colegas de cabeça erguida, que quer adentrar ao seu lar, e da mesma forma ver os seus filhos e a sua esposa.

Estarei no meu posto como estive até agora, até o dia 31 de janeiro. Não sei, Srs. Deputados, com toda sinceridade, com toda honestidade, qual será o meu rumo político a partir de 1.º de fevereiro, aonde irei. Resta-me apenas como por exemplo, a disputa da Prefeitura Municipal de Cascavel. Querria, por exemplo, continuar minhas atividades político-partidárias dentro do meu Partido, ou talvez pensando, e melhor amadurecendo, me desligar definitivamente do MDB porque fui injustiçado tenho a consciência disso, fui jogado pela porta do fundo, do meu Partido. Por atitudes de ignomínia, de infâmia, de maldade, por injustiça cometida por um homem que foi fundador do MDB, que após a primeira assinatura do livro de filiação partidária que durante longos anos travou batalhas comemoráveis, com afirmação, com coragem com desprendimento, sofreu e gastou.

Não sei do meu futuro político, mas isso vai ficar nos Anais desta Casa, e espero que não seja necessário eu voltar à imprensa, a esta Tribuna, não vai ser mais possível, mas à imprensa para revelar outros fatos graves e sérios inclusive publicando certas certidões.

Agradeço de coração na mão, a lhança de trato, a bondade de todos, a simpatia, a amizade, esta é uma verdadeira família, onde o respeito impera, o espírito de coleguismo, o interesse pelo fortalecimento deste Poder Legislativo, sempre transpirando no coração e na alma de todos os Srs. Deputados. O trabalho insano de proposituras de leis, das reivindicações nos trabalhos, até nas denúncias dou o meu testemunho do trabalho honrado e digno dos Srs. Membros desta Casa. Dos funcionários desta Casa que às vezes, não ligados a nós em nenhuma composição conosco, nos tratam sempre com tanta solicitude, com tanta bondade, e com tanto respeito e presteza. A imprensa do Paraná, sempre sentindo e palpitando os problemas e os dramas deste Poder, procurou ajudar e fortalecer esta Casa e dar cobertura e bom trato a todos os Srs. Deputados.

Agradeço de todo o coração e em qualquer circunstância, onde quer que eu esteja os Senhores todos têm um amigo, um companheiro para as grandes causas, para as boas causas e inclusive até, para os interesses pessoais e particulares de cada um.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para falar em explicação pessoal, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Razões de ordem pessoal dos mais sérios, impedirão a minha presença na sessão de amanhã, sessão de encerramento da presente Legislatura.

E eu faltaria a um dever de gratidão se não comparecesse à Tribuna desta Casa, pela última vez para consignar, nos Anais da Assembleia, as minhas despedidas, os meus agradecimentos a todos aqueles que comigo conviveram nos quatro anos em que tive a honra de representar uma parcela da população paranaense, nesta Assembleia.

De fato, devo confessar que foi, acima de tudo, um período rico em lições. Aqui vivi ao lado dos Srs. Deputados de meu Partido e da ARENA, os momentos de alegrias os momentos de ansiedade, e também aquelas decepções que marcam, de forma tão reconhecida, a atividade política.

Levo, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a melhor e a mais grata das impressões. O convívio com os Srs. Deputados foi, praticamente, o convívio com a população de meu Estado, porque aqui, as diversas Regiões do Paraná se faziam representar.

Devo, também, consignar, nos Anais da Casa, o meu pedido de que relevem, funcionários e Deputados todos aqueles que me deram a honra de convívio nesta Casa, qualquer atitude de descortesia, qualquer atitude que possa haver magoado a alguém.

E registro, aqui, meus agradecimentos à Imprensa do Paraná, ao Funcionalismo da Casa, e meus cumprimentos à presente Mesa e àquela que a antecedeu pela condução digna dos trabalhos deste Poder, por ter, com sua atividade administrativa, mantido sempre bem alto o nome da Casa de Leis do Paraná.

No outro ano, outros Deputados aqui chegarão, o Plenário será outro, o prédio será outro. Mas, acredito que o espírito, a motivação, sejam os mesmos que presidiram esta Legislatura que finda. A dedicação ao Paraná, o amor às coisas de nosso Estado e a certeza de que, juntos, irão trabalhar, como trabalharam até aqui, pelo engrandecimento e desenvolvimento do Estado do Paraná.

Deixo, aos Deputados da ARENA e do meu Partido, o meu mais profundo respeito. Aqueles que para aqui voltam, aqueles que seguem para a Câmara Federal e para aqueles, sobretudo que não conseguiram se reeleger, o mais profundo respeito, admiração e a certeza de que aprendi muito com todos. E desse aprendizado pretendo fazer uso, com dignidade, no curso de minha carreira política. E sinto satisfação de dizer que me sinto honrado de ser político, serei sempre político, no momento em que a atividade política foi

ção duramente criticada. Vejo, na atividade política, a única que pode manter um regime de equilíbrio na condução da administração não só do Estado, mas também do Governo Federal.

Acredito que esta Casa possa concordar comigo neste pensamento. Portanto, Srs. Deputados, com a minha justificativa pela ausência na sessão de encerramento, consigno, nos Anais da Casa, minhas despedidas e a certeza de que, no desempenho de meu mandato na Câmara Federal, no encontro daqueles com que irei conviver, aquele mesmo trato, aquela mesma fidelidade e sobretudo aquele mesmo amor às causas de real interesse do povo, que encontro na Assembléia Legislativa do Paraná.

O meu agradecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, votos de felicidades pessoal a todos os Srs. e Digníssimas Famílias. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para Explicação Pessoal, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não fosse um fato superveniente e não teríamos voltado a esta Tribuna. Entretanto como Presidente do Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro, não poderíamos admitir tacitamente que a Direção do Partido fosse, desta Tribuna, por um de seus ilustres representantes, alvo de uma manifestação que profundamente contraria a verdade dos fatos.

Sempre entendi, e este é um dos objetivos dos quais jamais me afastarei, que assuntos de ordem interna do Partido, devem ser tratados dentro do Partido. Roupas sujas se é que ela existe, deve ser lavada em casa. Mas como também pretendemos, enquanto estivermos na Presidência do Partido, e de partido político, não fugir a todo e qualquer esclarecimento, porque é uma das convicções pelas quais nós nos propusemos sempre, a pregação no sentido político elevado, a constituição de uma vida política elevada para nosso povo e seus representantes, onde predomina acima de tudo a verdade, a sinceridade e a lealdade, nós também não nos furtamos aos esclarecimentos que se façam necessários, porque não nos julgamos, em absoluto, superior ao mais humilde dos Servidores, seja da classe trabalhista ou de funcionários públicos que existe em nosso País.

Somos um humilde cidadão e como tal defendemos nossos princípios. Por isso mesmo, quando se toca em assunto que pretendemos manter em terreno elevado somos forçados a vir aos esclarecimentos.

Sr. Presidente, não é verdade, e fica aqui a contestação da Direção do Partido, que tivesse sido cometida qualquer maldade da Direção do Partido, em relação ao ilustre Deputado Iris Caldart.

Alegou S. Exa. que esta Presidência, porque é esta Presidência a responsável pela entrega de credenciais para formação de Diretórios Municipais, teria entregue a um outro elemento que deve ser, presumo que seja o ilustre Deputado recém-eleito Fidelelino Florentino para formação de Diretórios Municipais, no Município da Comarca, ou vizinhos de Cascavel, quando ainda em vigor as credenciais entregues ao Deputado Iris Caldart.

A entrega de credenciais aos interessados em organização partidária é feita, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mediante o reconhecimento pelo interessado e sua assinatura num recibo em que existe uma cláusula resolutiva expressa dizendo que se no prazo ali fixado de 90 dias não for criado nenhum Diretório ou não for renovada a credencial fica a mesma sem nenhum efeito, cessa todo e qualquer efeito jurídico.

Vencido o prazo foi procurada a Direção do Partido pelo Sr. Fidelelino Florentino que solicitou uma credencial para a organização de determinado Diretório. Para esta Presidência todos os filiados do Partido, tenham eles cargo eletivo ou não tem o mesmo direito de organizar e propugnar pela organização de Diretórios e principalmente, não houve nenhum caso, a não ser mediante credencial, de reserva tácita ou expressa de credencial a quem quer que seja. O intuito da Direção Partidária era o de favorecer a criação de Diretórios uma vez que necessitávamos imperiosamente dos mesmos. Portanto o ponto n.º um está definitivamente esclarecido.

Vamos ao ponto n.º dois.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — Não aparteei V. Exa. e pediria que V. Exa. ouvisse primeiro minha contestação.

Ponto número dois, indicação de candidato pelo Diretório Municipal de Cascavel.

A Direção do Partido em reunião aprovou e mais tarde foi ratificado, que as indicações do Partido seriam feitas pelos Diretórios Municipais. As candidaturas feitas pelos Diretórios Municipais todas elas, foram respeitadas inclusive mesmo aquelas que pudessem prejudicar qualquer interesse mediato de qualquer membro da Comissão Executiva. Isso foi assentado inclusive no próprio Regimento Interno do Partido.

Por via das consequências a indicação do Diretório Municipal de Cascavel foi do Sr. Fidelelino Florentino feita através de ata dirigida a este Diretório com demais documentos anexos até que se provasse em contrário, até que fosse feita pelo Partido prova de pleno direito, e nenhuma prova em sentido contrário foi feita, a não ser a alegação pessoal do ilustre representante de Cascavel. Mas em muitos momentos nós tivemos dentro da Direção do Partido a aceitação expressa das duas candidaturas por parte dos elementos que representam Cascavel os elementos representativos de Cascavel, inclusive do próprio Deputado Iris Caldart. Ai está uma afirmação que faço sob a minha palavra, de que os problemas ora existiam e ora também não existiam, e por consequência nenhuma maldade poderia haver, da Direção do Partido, a um seu representante que sempre foi — e isto não implicaria em absoluto em qualquer atitude que não fosse ditada pelo bom senso — sempre mereceu da Direção do Partido as homenagens a que sua ilustre personalidade se fez credora.

Desejo assinalar apenas o seguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados: que outros Municípios, Maringá e Londrina para citar 2, indicaram 6 ou 7 candidatos cada um destes municípios. Todos concorreram, muitos deles virão para esta Casa no próximo período. Não desejo em absoluto criticar a atitude do ilustre Deputado Iris Caldart em ser ou não ser candidato, é problema de alta relevância e de sua consciência. O nosso pedido entretanto, sempre foi no sentido de que Sua Excelência concorresse, pois, seria um elemento, mais um elemento de real valor do nosso Partido, disputando o pleito mas não poderíamos deixar também de registrar finalmente, se é que havia sido dirigida à Direção do Partido a ameaça de qualquer publicação pela imprensa, de que nenhuma espécie de publicação esta Direção tome e a nenhum assunto esta Direção jamais se furtará de discutir, mesmo que seja necessário discutir publicamente assuntos de ordem interna, porque sempre tivemos a nos orientar, esses princípios de que se exige para o Brasil, a forma-

ção de uma camada política elevada, camada política de natureza popular elevada, para que se conscientize não só o povo mais principalmente aos representantes do povo de que política, a não ser em termos verdadeiramente elevados, não é política é política e, esta prática nós sempre a combatemos e a combateremos também enquanto na condição de Presidente do Diretório Regional do MDB, enquanto na Presidência estivermos, no exercício do nosso mandato.

Eram Sr. Presidente, as retificações que nos vimos forçados a fazer e registrar, que entendemos que explicações pessoais também são, constituem digo melhor matéria como o próprio nome está dizendo, alguém pessoalmente faz as explicações que tem. Não apartamos, não solicitamos apartes para não comprometer a oração de quem dava. oralmente, as suas explicações, por isso entendemos que temos o mesmo direito de fazer a nossa contestação para que se registrem nesta Casa o que realmente entende a Direção do MDB, sobre o episódio em foco.

O SR. IRIS CALDART — Para Explicação Pessoal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença neste Plenário do futuro Senador da República pelo Estado do Paraná, Dr. Francisco Leite Chaves e seu Suplente Euclides Escalvo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 5 quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 22-74 — 34-74 — 101-74 — 126-74 — 130-74 e 185-74.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179-74.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 35-74 — 37-74 e 134-74.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e setenta e quatro na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça sob a Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, e presentes os Srs. Deputados: Nelson Buffara, Ivo Thomazoni, Erondy Silvério, Marciano Baraniuk e Antônio Lopes Júnior. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia: — 1). — PROJETO DE LEI N.º 123/74, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério. Transfere a pensão mensal de Cr\$ 100,00, de Rosária Freitas de Carvalho, para sua filha Ondina Carvalho Oliveira, Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 2). — PROJETO DE LEI N.º 131/74, de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi. Autoriza o P.E. criar na Fundação Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho um Curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia. Relator Dep. Antônio Lopes Jr. Parecer favorável. Aprovado. 3). — PROJETO DE LEI N.º 151/74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 62/74, encaminhando anteprojeto de Lei que constitui e organiza a Paraná Radiodifusão S.A., e dispõe sobre a Rede Oficial de Telecomunicações. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Requerido vista ao Deputado Erondy Silvério. Deferido. 4). — PROJETO DE LEI N.º 155/74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 58/74, encaminhando anteprojeto de Lei que cria na Procuradoria Geral da Justiça, três cargos de Curador da Fazenda Pública e um cargo de Curador de Órfãos, Ausentes Interditos e Provedoria. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. — Foram apresentados, pelo Sr. Deputado Nelson Buffara votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs. 185-74, 186-74, 187-74 e 188-74, todos concluindo que os Votos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário da Casa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1974.

a) Fabiano Braga Côrtes — Presidente

a) Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 33.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do Deputado Iris Caldart, Vice-Presidente da Comissão, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei: PROJETO DE LEI N.º 273/71 — de autoria do Deputado Quilise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a construir através da Secretaria de Obras Públicas, um prédio para o Ginásio Estadual da sede do Município de Itaguapé. PROJETO DE LEI N.º 77/74 — de autoria do Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matelândia lotes urbanos da quadra 81, 67 e 68, destinados a construção de um prédio para a Agência de Rendas e Delegacia e Cadeia Pública respectivamente, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 22/74 — de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo a doar a Prefeitura Municipal de Colombo, 10 (dez) destocadores modelo 6.ª — DET e 2 (dois) guinchos Hister, números séries e lotes que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. PROJETO DE LEI N.º 176/74 — de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que concede Gratificação de Produtividade de que trata a Lei n.º 6.593, no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) aos ocupantes dos cargos que especifica da Parte Suplementar do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas e da Parte Permanente da Assembléia Legislativa do Estado. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a pre-

sente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

- a) Gilberto Carvalho — Presidente
a) Lélío G. Sotó-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 273/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria de Obras Públicas, o prédio do Ginásio Estadual na sede do Município de Itaguapé.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-11-74.

- aa) IRIS CALDART — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — LAZARO DUMONT — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 77/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Matelândia, os lotes urbanos n.º 04, da quadra 81, n.º 08, da quadra 87 e n.º 11, da quadra 88, destinados a construção do prédio para a Agência de Rendas e Delegacia e Cadeia, respectivamente, a receber em devolução o lote urbano n.º 06, e parte dos lotes n.ºs. 03 — 08 — 04 — 05 — 08 e 10, todos da quadra 73, bem como parte do lote urbano n.º 04, da quadra 64, anteriormente doados para os mesmos fins.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-11-74.

- aa) IRIS CALDART — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — LAZARO DUMONT — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 92/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Colombo, 8 (oito) destocadores modelo 6A-DET, à Prefeitura Municipal de Inácio Martins, 1 (um) destocador e à Prefeitura Municipal de Porto Amazonas 1 (um) destocador do mesmo modelo e dos quais, sete com os números 18.891, 18.892, 18.987, 18.992, 19.024 e 20.136, integrantes do lote 43, à Prefeitura Municipal de Colombo, e 2 (dois) guinchos Hyster, modelo HY 7.001, séries A47P3265D e A47P3266D, lote 45, todos pertencentes à Secretaria dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-11-74.

- aa) IRIS CALDART — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — LAZARO DUMONT — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 176/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º. Aos ocupantes dos cargos de Assistente, Assessor Jurídico, Diretor Auxiliar, Diretor Secretário da Corregedoria Geral da Justiça e Assessor de Recursos, da Parte Suplementar do Tribunal de Justiça, aos ocupantes dos cargos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Auxiliar Técnico, Médico, Secretário de Comissão, e Taquígrafo, da Parte Permanente da Assembléia Legislativa do Estado; e aos ocupantes dos cargos de Secretário Geral, Diretor, Assessor Técnico, Assistente Técnico da Presidência, Tesoureiro, Auxiliar

de Tesoureiro e Bibliotecário, da Parte Suplementar do Tribunal de Contas do Estado, fica concedida a Gratificação de Produtividade de que trata a Lei n.º 6.593/74, no valor único de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), obedecidas as exigências contidas na referida Lei.

Parágrafo único. Aos que, após o advento das Leis n.ºs. 6.589/74 e 6.593/74, forem providos nos cargos nelas especificados será assegurada a Gratificação de Produtividade nos valores e condições previstos nas referidas Leis.

Art. 2.º. A Gratificação de Produtividade de que trata a Lei n.º 6.593/74, passa a constituir adicional aos vencimentos de servidores portadores de nível universitário ou com habilitação técnica profissional.

Parágrafo único. Para a fixação dos proventos de inatividade serão atendidas as regras estabelecidas no parágrafo 1.º, do artigo 173, da Constituição Federal.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-11-74.

- aa) IRIS CALDART — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — LAZARO DUMONT — Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 13.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três (03) dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Reuniões, às dezesseis e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quíelise C. Silva e contando com a presença dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Alvaro Dias, Antonio Lopes Junior, João C. Fadel, Igo Losso. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada coustasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 67/72 — de autoria do Senhor Deputado Quíelise C. Silva, que autoriza o Poder Executivo transferir a Inspetoria Regional de Ensino do Município de Santo Inácio, para o Município de Colorado. Relator Senhor Deputado Quíelise C. Silva, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 41/74, de autoria do Senhor Deputado Arizone Mendes de Araújo, que autoriza o Poder Executivo construir prédio destinado ao funcionamento do Centro de Saúde da cidade de Francisco Beltrão. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 123/74 — de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que transfere por morte da beneficiária Rosalia Freitas de Carvalho, a pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), para sua filha Ondino Carvalho Oliveira. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 131/74 — de autoria do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo criar na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho, um curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 109/74 — Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando pesquisas operacional sobre modelos de atendimento ao Grupo Materno-Infantil a ser realizado em Curitiba. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, do qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

- a) Quíelise C. Silva — Presidente
a) Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária